Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de  
Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da  
Sexta Emissão de João Fortes Engenharia S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Sexta Emissão de João Fortes Engenharia S.A." ("Escritura de Emissão"):

1. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

João Fortes Engenharia S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3443, bloco 3, loja 108, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 33.035.536/0001-00, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.00103911, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

1. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série", e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas"):

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 500, Condomínio Downtown, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

1. como fiadores, co-devedores solidários e principais pagadores, solidariamente entre si e com a Companhia, com relação às Debêntures:

Antônio José de Almeida Carneiro, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da cédula de identidade n.º 2.381.252‑2, expedida pelo DETRAN – Diretoria de Identificação Civil, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o n.º 028.600.667‑72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde tem endereço comercial na Rua Rainha Guilhermina 75 ("Sr. Antônio");

João Fortes Construtora Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel Frias 77, sala 1401, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.925.030/0001-71, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("JFC", e, em conjunto com o Sr. Antônio, "Fiadores");

1. como cônjuge do Sr. Antônio, expressamente anuindo com a outorga da Fiança (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, assumindo as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão:

Maria Lucia Boardman Carneiro, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, socióloga, portadora da cédula de identidade n.º 2.358.592, expedida pelo IFP – Instituto Félix Pacheco, inscrita no CPF sob o n.º 260.954.247‑4, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde tem endereço comercial na Rua Rainha Guilhermina 75, neste ato representada pelo Sr. Antônio, nos termos da procuração lavrada em 7 de agosto de 2015 pelo 10º Tabelião de Notas da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no livro 1957, folha 006 ("Terceira Outorgante");

1. como outorgantes da Alienação Fiduciária de Imóveis, da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série e da Cessão Fiduciária:

Companhia, acima qualificada;

JFC, acima qualificada;

Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel Frias 77, sala 1402 (parte), inscrita no CNPJ sob o n.º 11.921.670/0001-67, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("IPP 6");

Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel Frias 77, sala 1402 (parte), inscrita no CNPJ sob o n.º 12.794.291/0001-16, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("IPP 7");

Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel Frias 77, sala 1402 (parte), inscrita no CNPJ sob o n.º 13.279.257/0001-76, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("IPP 10");

JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade limitada com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Rádio e Televisão Sul, Quadra 701, Bloco O, n.º 110, salas 526, 527 e 528, parte A, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.635.317/0001-79, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("JFE 2");

JFE 8 Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3443, bloco 3, lojas 108 (parte), 102 (parte) e 105 (parte), inscrita no CNPJ sob o n.º 09.635.311/0001-00, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("JFE 8");

JFE 9 Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade limitada com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Rádio e Televisão Sul, Quadra 701, Bloco O, n.º 110, salas 526, 527 e 528, parte-C, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.663.835/0001-04, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("JFE 9");

JFE 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade limitada com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Rádio e Televisão Sul, Quadra 701, Bloco O, n.º 110, salas 526, 527 e 528, parte-D, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.635.555/0001-84, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("JFE 10");

JFE 11 Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade limitada com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Rádio e Televisão Sul, Quadra 701, Bloco O, n.º 110, salas 526, 527 e 528, parte-E, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.096.259/0001-02, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("JFE 11"); e

JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade limitada com sede Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3443, bloco 3, lojas 108 (parte), 102 (parte) e 105 (parte), inscrita no CNPJ sob o n.º 13.016.841/0001-39, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("JFE 35", e, em conjunto com a IPP 6, a IPP 7, a IPP 10, a JFE 2, a JFE 8, a JFE 9, a JFE 10 e a JFE 11, "SPEs", e, em conjunto com a Companhia e a JFC, "Outorgantes");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. Autorização
   1. A emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), a outorga das Garantias (conforme definido abaixo), e a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo) serão realizadas com base nas deliberações:
      1. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 6 de maio de 2016 ("RCA");
      2. da reunião de sócios da JFC realizada em 6 de maio de 2016 ("Reunião de Sócios da JFC);
      3. da reunião de sócios da IPP 6 realizada em 6 de maio de 2016 ("Reunião de Sócios da IPP 6");
      4. da reunião de sócios da IPP 7 realizada em 6 de maio de 2016 ("Reunião de Sócios da IPP 7");
      5. da reunião de sócios da IPP 10 realizada em 6 de maio de 2016 ("Reunião de Sócios da IPP 10");
      6. da reunião de sócios da JFE 2 realizada em 6 de maio de 2016 ("Reunião de Sócios da JFE 2");
      7. da reunião de sócios da JFE 8 realizada em 6 de maio de 2016 ("Reunião de Sócios da JFE 8");
      8. da reunião de sócios da JFE 9 realizada em 6 de maio de 2016 ("Reunião de Sócios da JFE 9");
      9. da reunião de sócios da JFE 10 realizada em 6 de maio de 2016 ("Reunião de Sócios da JFE 10");
      10. da reunião de sócios da JFE 11 realizada em 6 de maio de 2016 ("Reunião de Sócios da JFE 11"); e
      11. da reunião de sócios da JFE 35 realizada em 6 de maio de 2016 ("Reunião de Sócios da JFE 35").

Para os fins desta Escritura de Emissão:

"Banco Depositário" significa o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o nº. 60.701.190/0001-04;

"Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis" significam, em conjunto, cada "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia", celebrado nesta data, entre cada uma das SPEs, o Agente Fiduciário, a Companhia, os Fiadores e a Terceira Outorgante, e seus aditamentos;

"Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série" significa o "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia", celebrado nesta data, entre a Companhia, a JFC, o Agente Fiduciário, o Sr. Antônio, a JFE 60 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ("JFE 60") e a Terceira Outorgante, e seus aditamentos;

"Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série" significa o "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia", celebrado nesta data, entre a Companhia, a JFC, o Agente Fiduciário, o Sr. Antônio, JFE 62 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ("JFE 62"), Incorporadora Pinheiro Pereira 5 Ltda. ("IPP 5") e a Terceira Outorgante, e seus aditamentos;

"Contrato de Cessão Fiduciária" significa o "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado nesta data, entre as SPEs, o Agente Fiduciário, a Companhia, os Fiadores e a Terceira Outorgante, e seus aditamentos;

"Contratos de Garantia" significam, em conjunto, os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série e o Contrato de Cessão Fiduciária; e

"Documentos das Obrigações Garantidas" significam esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e os demais documentos e/ou aditamentos mencionados por ou relacionados aos instrumentos referidos acima.

1. Requisitos
   1. A Emissão, a outorga das Garantias e a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
      1. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários*. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
         1. a ata da RCA será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Monitor Mercantil";
         2. a ata de Reunião de Sócios da JFC será arquivada na JUCERJA;
         3. a ata da Reunião de Sócios da IPP 6 será arquivada na JUCERJA;
         4. a ata da Reunião de Sócios da IPP 7 será arquivada na JUCERJA;
         5. a ata da Reunião de Sócios da IPP 10 será arquivada na JUCERJA;
         6. a ata da Reunião de Sócios da JFE 2 será arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF");
         7. a ata da Reunião de Sócios da JFE 8 será arquivada na JUCERJA;
         8. a ata da Reunião de Sócios da JFE 9 será arquivada na JCDF;
         9. a ata da Reunião de Sócios da JFE 10 será arquivada na JCDF;
         10. a ata da Reunião de Sócios da JFE 11 será arquivada na JCDF; e
         11. a ata da Reunião de Sócios da JFE 35 será arquivada na JUCERJA;
      2. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus aditamentos*. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão:
         1. inscritos na JUCERJA; e
         2. registrados ou averbados, conforme o caso, nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Comarca da Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca de Brasília, Distrito Federal;
      3. *constituição da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série*. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 6.10 abaixo, a Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série (conforme definido abaixo) será formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, e será constituída, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, mediante (a) a averbação da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série no contrato social da JFE 60; e (b) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
      4. *constituição da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série*. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 6.11 abaixo, a Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série (conforme definido abaixo) será formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, e será constituída, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, mediante (a) a averbação da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série nos respectivos contratos sociais da JFE 62 e da IPP 5; e (b) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
      5. *constituição da Alienação Fiduciária de Imóveis*. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 6.11 abaixo, a Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido abaixo) será formalizada por meio dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, e será constituída, nos termos de cada um dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, mediante o registro dos respectivos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis nos competentes cartórios de registro de imóveis e a consequente averbação da Alienação Fiduciária de Imóveis nas respectivas matrículas dos imóveis; e
      6. *constituição da Cessão Fiduciária.* Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 6.13 abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) será formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, e será constituída, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, mediante o registro do respectivo Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos.
2. Objeto Social da Companhia
   1. A Companhia tem por objeto social (a) o desenvolvimento, promoção, incorporação e construção de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza; (b) a alienação e aquisição de imóveis, locação e administração de imóveis próprios; (c) a prestação de quaisquer serviços relacionados ao mercado imobiliário e à construção civil; e (d) tudo o mais que se fizer necessário para perfeita realização dos referidos objetivos.
3. Destinação dos Recursos
   1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados (i) para o financiamento de empreendimentos imobiliários da Companhia e/ou de suas Controladas (conforme definido abaixo); e (ii) o saldo, se houver, para o reforço do capital de giro da Companhia.
4. Características da Subscrição, Integralização e Negociação das Debêntures
   1. *Colocação*. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
   2. *Prazo de Subscrição*. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, até 30 de junho de 2016.
   3. *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização*. As Debêntures serão (i) subscritas por meio da assinatura de boletim de subscrição; e (ii) integralizadas na forma a ser prevista no boletim de subscrição até 31 de dezembro de 2016 ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a 1ª (primeira) Data de Integralização ("Primeira Data de Integralização") da respectiva série até a respectiva Data de Integralização.
   4. *Negociação*. As Debêntures não serão registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As transferências de titularidade das Debêntures serão realizadas por meio de operações privadas, as quais serão registradas no livro de registro de transferência das Debêntures.
5. Características da Emissão e das Debêntures
   1. *Número da Emissão*. As Debêntures representam a sexta emissão de debêntures da Companhia.
   2. *Valor Total da Emissão*. O valor total da Emissão será de R$109.100.000,00 (cento e nove milhões e cem mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo.
   3. *Quantidade*. Serão emitidas 1.091 (um mil e noventa e uma) Debêntures, sendo que eventual saldo de Debêntures não subscrito e integralizado será cancelado pela Companhia por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Companhia ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.
   4. *Valor Nominal Unitário*. As Debêntures terão valor nominal unitário de R$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
   5. *Séries*. A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, observado que:
      1. com relação à primeira série, serão emitidas 40 (quarenta) debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e
      2. com relação à segunda série, serão emitidas 1.051 (um mil e cinquenta e uma) debêntures ("Debêntures da Segunda Série").

Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e às Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), em conjunto.

* 1. *Forma e Comprovação de Titularidade*. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pela inscrição do nome do Debenturista no livro de registro das Debêntures, a ser registrado na JUCERJA e mantido na sede da Companhia.
  2. *Conversibilidade*. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
  3. *Espécie*.

As Debêntures da Primeira Série serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo na Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, nos termos da Cláusula 6.10 abaixo, e, adicionalmente, garantidas pela Fiança (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula 6.9 abaixo.

As Debêntures da Segunda Série serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo na Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, nos termos da Cláusula 6.10 abaixo, na Alienação Fiduciária de Imóveis, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo e na Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.13 abaixo, e, adicionalmente, garantidas pela Fiança (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula 6.9 abaixo.

* 1. *Garantia Fidejussória e Solidariedade Passiva*. Os Fiadores, neste ato, se obrigam, solidariamente entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, co-devedores solidários, principais pagadores e solidariamente (entre si e com a Companhia) responsáveis por todas as Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e do artigo 130 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, observado o disposto na Cláusula 6.27 abaixo ("Fiança").

Para os fins desta Escritura de Emissão, "Obrigações Garantidas" significam (i) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Companhia e pelos Fiadores, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração aplicável, dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) e dos demais encargos, relativos às Debêntures em circulação, a esta Escritura de Emissão e aos demais Documentos das Obrigações Garantidas, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em decorrência de Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), Amortização Antecipada Obrigatória (conforme definido abaixo) ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; (ii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações; e (iii) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou excussão ou execução de qualquer das Garantias.

Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer Obrigações Garantidas. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

Cada um dos Fiadores, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral quitação das Obrigações Garantidas, exigir e/ou demandar a Companhia ou qualquer dos demais Fiadores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Obrigações Garantidas; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia e/ou de qualquer dos demais Fiadores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Obrigações Garantidas antes da integral quitação das Obrigações Garantidas, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

Os pagamentos que vierem a ser realizados pelos Fiadores com relação às Debêntures serão realizados de modo que os Debenturistas recebam dos Fiadores os valores que lhes seriam entregues caso esses pagamentos tivessem sido realizados pela Companhia, não cabendo aos Fiadores realizar qualquer dedução que não seria realizada pela Companhia caso a Companhia tivesse realizado o respectivo pagamento.

A Terceira Outorgante, em razão do que dispõe o artigo 1.647, inciso III, do Código Civil, na qualidade de cônjuge do Sr. Antônio, neste ato, declara-se ciente e autoriza-o a prestar a Fiança, nos termos dispostos acima, em especial em renunciar os benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração.

* 1. *Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série*. Em garantia do integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas das Debêntures da Primeira Série, deverá ser constituída até a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série, em favor dos Debenturistas da Primeira Série, representados pelo Agente Fiduciário, a alienação fiduciária da totalidade das quotas de emissão da JFE 60, bem como dos direitos a estas inerentes, conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série ("Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série").

Nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, deverá ser mantida, na Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, quotas de emissão da JFE 60, a qualquer título e a qualquer tempo, que sejam ou venham a ser de titularidade da Companhia e da JFC, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social total da JFE 60 ("Percentual da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série").

As disposições relativas à Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série e ao Percentual da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série estarão descritas no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

* 1. *Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série*. Em garantia do integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas das Debêntures da Segunda Série, deverá ser constituída no prazo previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, em favor dos Debenturistas da Segunda Série, representados pelo Agente Fiduciário, a alienação fiduciária da totalidade das quotas de emissão da JFE 62 e da IPP 5, bem como dos direitos a estas inerentes, conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série ("Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série").

Nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, deverá ser mantida, na Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, quotas de emissão da JFE 62 e da IPP 5, a qualquer título e a qualquer tempo, que sejam ou venham a ser de titularidade da Companhia e da JFC, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social total da JFE 62 e da IPP 5 ("Percentual da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série").

As disposições relativas à Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série e ao Percentual da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série estarão descritas no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

* 1. *Alienação Fiduciária de Imóveis*. Em garantia do integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas das Debêntures da Segunda Série, deverá ser constituída no prazo previsto em cada um dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, em favor dos Debenturistas da Segunda Série, representados pelo Agente Fiduciário, a alienação fiduciária de cada um dos bens imóveis de titularidade da Companhia e das SPEs ("Imóveis Alienados Fiduciariamente"), conforme previsto nos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis ("Alienação Fiduciária de Imóveis").

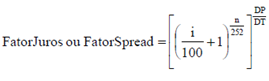
Mediante a comercialização de cada um dos Imóveis Alienados Fiduciariamente, o Agente Fiduciário deverá liberar a Alienação Fiduciária constituída sobre o respectivo Imóvel Alienado Fiduciariamente, de modo que os direitos creditórios decorrentes de tal comercialização passarão a integrar a Cessão Fiduciária.

As disposições relativas à Alienação Fiduciária de Imóveis estão descritas nos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, os quais são parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

* 1. *Cessão Fiduciária*. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas das Debêntures da Segunda Série, deverá ser constituída até a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, em favor dos Debenturistas da Segunda Série, representados pelo Agente Fiduciário, a cessão fiduciária de direitos creditórios futuros de titularidade da Companhia e das SPEs decorrentes da comercialização futura de unidades imobiliárias de sua titularidade ("Créditos Cedidos Fiduciariamente"), conforme previstos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária", e, em conjunto com a Fiança, a Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, a Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série e a Alienação Fiduciária de Imóveis, "Garantias").

As disposições relativas à Cessão Fiduciária estão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

* 1. A Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série não se comunica com a Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, a Alienação Fiduciária de Imóveis e a Cessão Fiduciária, de forma que, (i) uma vez excutida a Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, o montante obtido deverá ser utilizado apenas para o pagamento das Obrigações Garantidas das Debêntures da Primeira Série; e (ii) uma vez excutidas a Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, a Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou a Cessão Fiduciária, o montante obtido deverá ser utilizado apenas para o pagamento das Obrigações Garantidas das Debêntures da Segunda Série.
  2. *Data de Emissão*. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 10 de maio de 2016 ("Data de Emissão").
  3. *Prazo e Data de Vencimento*. Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Primeira Série, Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Segunda Série e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, (i) o prazo das Debêntures da Primeira Série será de 2 (dois) meses, contados da Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ("Data de Vencimento da Primeira Série"), e (ii) o prazo das Debêntures da Segunda Série será de 30 (trinta) meses, contados da Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ("Data de Vencimento da Segunda Série").
  4. *Pagamento do Valor Nominal Unitário*. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Primeira Série, Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Segunda Série, Amortização Antecipada Obrigatória e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão:
     1. o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será integralmente pago na Data de Vencimento da Primeira Série;
     2. o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais e sucessivas, sendo:
        1. a primeira parcela, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devida em 3 de janeiro de 2017 ("Primeira Parcela de Amortização da Segunda Série");
        2. a segunda parcela, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devida no 2º (segundo) Dia Útil de julho de 2017 ("Segunda Parcela de Amortização da Segunda Série");
        3. a terceira parcela, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devida no 2º (segundo) Dia Útil de janeiro de 2018 ("Terceira Parcela de Amortização da Segunda Série");
        4. a quarta parcela, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devida no 2º (segundo) Dia Útil de julho de 2018 ("Quarta Parcela de Amortização da Segunda Série"); e
        5. a quinta parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devida na Data de Vencimento da Segunda Série ("Última Parcela de Amortização da Segunda Série").
     3. caso seja(m) realizada(s) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s), nos termos desta Escritura de Emissão, entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série e a data da Primeira Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alínea (a), o valor correspondente à Primeira Parcela de Amortização da Segunda Série passará a ser equivalente à diferença entre (i) o valor da Primeira Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alínea (a); e (ii) o valor de tal(is) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s). Caso o valor de tal(is) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s) seja igual ou superior ao valor da Primeira Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alínea (a), não haverá pagamento da Primeira Parcela de Amortização da Segunda Série, aplicando o valor que eventualmente sobejar na amortização da Segunda Parcela de Amortização da Segunda Série;
     4. caso seja(m) realizada(s) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s), nos termos desta Escritura de Emissão, entre a data da Primeira Parcela de Amortização da Segunda Série e a data da Segunda Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alíneas (a) e (b), o valor correspondente à Segunda Parcela de Amortização da Segunda Série passará a ser equivalente à diferença entre (i) o valor da Segunda Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alínea (b), ajustado, conforme o caso, nos termos do inciso III acima; e (ii) o valor de tal(is) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s). Caso o valor de tal(is) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s) seja igual ou superior ao valor da Segunda Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alínea (a), ajustado, conforme o caso, nos termos do inciso III acima, não haverá pagamento da Segunda Parcela de Amortização da Segunda Série, aplicando o valor que eventualmente sobejar na amortização da Terceira Parcela de Amortização da Segunda Série;
     5. caso seja(m) realizada(s) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s), nos termos desta Escritura de Emissão, entre a data da Segunda Parcela de Amortização da Segunda Série e a data da Terceira Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alíneas (b) e (c), o valor correspondente à Terceira Parcela de Amortização da Segunda Série passará a ser equivalente à diferença entre (i) o valor da Terceira Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alínea (c), ajustado, conforme o caso, nos termos do inciso IV acima; e (ii) o valor de tal(is) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s). Caso o valor de tal(is) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s) seja igual ou superior ao valor da Terceira Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alínea (a), ajustado, conforme o caso, nos termos do inciso IV acima, não haverá pagamento da Terceira Parcela de Amortização da Segunda Série, aplicando o valor que eventualmente sobejar na amortização da Quarta Parcela de Amortização da Segunda Série; e
     6. caso seja(m) realizada(s) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s), nos termos desta Escritura de Emissão, entre a data da Terceira Parcela de Amortização da Segunda Série e a data da Quarta Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alíneas (c) e (d), o valor correspondente à Quarta Parcela de Amortização da Segunda Série passará a ser equivalente à diferença entre (i) o valor da Quarta Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alínea (c), ajustado, conforme o caso, nos termos do inciso V acima; e (ii) o valor de tal(is) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s). Caso o valor de tal(is) Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s) seja igual ou superior ao valor da Quarta Parcela de Amortização da Segunda Série, nos termos do inciso II acima, alínea (a), ajustado, conforme o caso, nos termos do inciso V acima, não haverá pagamento da Quarta Parcela de Amortização da Segunda Série, aplicando o valor que eventualmente sobejar na amortização da Última Parcela de Amortização da Segunda Série.
  5. *Remuneração da Primeira Série*. A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:
     1. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente; e
     2. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,89% (quatro inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) ao ano ("Remuneração da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Primeira Série e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração da Primeira Série será integralmente paga na Data de Vencimento da Primeira Série. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:



Sendo que:

i = 4,89

n = número total de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo n um número inteiro.

DT = número total de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro.

DP = número total de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro.

* 1. *Remuneração da Segunda Série*. A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:
     1. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente; e
     2. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa da Segunda Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Segunda Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Amortização Antecipada Obrigatória, do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Segunda Série e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, no 2º (segundo) Dia Útil dos meses de janeiro e julho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 3 de janeiro de 2017 e o último na Data de Vencimento da Segunda Série. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

J = *VNe* x (*FatorJuros* – 1)

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração da Segunda Série devida, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa da Segunda Série), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

**

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Sendo que:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de "1" até "n";

TDIk = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:



Sendo que:

DIk = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa da Segunda Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Sendo que:

*spread* = 5,5000

n = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão (1 + TDIk) é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores (1 + TDIk), sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Observado o disposto na Cláusula 6.19.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Segunda Série previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, os Fiadores e/ou os Debenturistas da Segunda Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures da Segunda Série por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou da data da proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Segunda Série a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Segunda Série, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Segunda Série previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, os Fiadores e/ou os Debenturistas da Segunda Série, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Segunda Série. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Segunda Série previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures da Segunda Série entre a Companhia e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, a Companhia obriga-se a, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série prevista acima, resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação (sem prejuízo da Fiança), com seu consequente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série prevista acima ou na Data de Vencimento da Segunda Série, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Segunda Série previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

* 1. Os Fiadores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 6.19.1 e 6.19.2 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia de resgatar as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. Os Fiadores, desde já, concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nas Cláusulas 6.19.1 e 6.19.2 acima.
  2. *Repactuação Programada*. Não haverá repactuação programada.
  3. *Amortização Antecipada Facultativa e Resgate Antecipado Facultativo*. A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada de qualquer das Debêntures ou o resgate antecipado das Debêntures.
  4. *Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Primeira Série*. A Companhia obriga-se a, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do protocolo do pedido de registro da Hipoteca HSBC (conforme definido abaixo) perante o competente cartório de registro de imóveis, e com aviso prévio aos Debenturistas da Primeira Série e ao Agente Fiduciário, de 2 (dois) Dias Úteis da data do evento, realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro* *rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade ("Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Primeira Série").
  5. *Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Segunda Série.* A Companhia obriga-se a, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da Data de Verificação em que for apurado saldo na Conta Vinculada da Companhia (conforme definido abaixo) em valor igual ou superior ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro* *rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Verificação, mediante aviso prévio de 2 (dois) Dias Úteis aos Debenturistas da Segunda Série (por meio de comunicação individual nos termos da Cláusula 12 abaixo) e ao Agente Fiduciário, realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures da Segunda Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Segunda Série, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro* *rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade ("Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Segunda Série").
  6. *Amortização Antecipada Obrigatória das Debêntures da Segunda Série*. A Companhia obriga-se a, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados de cada Data de Verificação em que for apurado saldo na Conta Vinculada da Companhia em valor igual ou superior a R$100.000,00 (cem mil reais), mediante aviso prévio de 2 (dois) Dias Úteis aos Debenturistas da Segunda Série (por meio de comunicação individual nos termos da Cláusula 12 abaixo) e ao Agente Fiduciário, realizar amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, mediante a utilização da totalidade dos recursos da Conta Vinculada da Companhia no pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, sendo certo que a Remuneração da Segunda Série, calculada *pro* *rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, será incorporada ao Valor Nominal Unitário, e não haverá qualquer prêmio ou penalidade ("Amortização Antecipada Obrigatória").

Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, os Créditos Cedidos Fiduciariamente de titularidade das SPEs serão depositados pelos devedores de tais créditos nas respectivas contas vinculadas de titularidade das SPEs ("Contas Vinculadas das SPEs"), e transferidos automática e mensalmente pelo Banco Depositário para a conta vinculada de titularidade da Companhia ("Conta Vinculada da Companhia").

Conforme vier a ser acordado entre cada uma das SPEs e a Companhia, as transferências dos recursos decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, de cada uma das Contas Vinculadas das SPEs para a Conta Vinculada da Companhia, será realizada a título de distribuição de dividendos ou mútuo, observado que, caso a transferência seja realizada a título de mútuo, o crédito das SPEs em relação a tais dívidas da Companhia serão subordinados às Debêntures, de modo que quaisquer pagamento, pela Companhia às SPEs, somente poderá ser realizado após o pagamento integral das Obrigações Garantidas, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

Para os fins desta Escritura de Emissão, "Data de Verificação" significa o 1° (primeiro) Dia Útil de cada mês, observado que (i) a primeira Data de Verificação será realizada no mês subsequente à Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série; e (ii) a última Data de Verificação será realizada no mês imediatamente anterior à Data de Vencimento da Segunda Série ou ao evento de Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Segunda Série.

* 1. *Direito ao Recebimento dos Pagamentos*. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
  2. *Local de Pagamento*. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, serão realizados (i) pela Companhia, em sua sede ou mediante crédito nas contas correntes de titularidade dos Debenturistas que forem informadas por escrito pelos Debenturistas à Companhia; ou (ii) pelos Fiadores, na sede ou domicílio dos Fiadores, conforme o caso; (iii) pela Companhia e/ou pelos Fiadores mediante crédito na(s) conta(s) corrente(s) de titularidade dos Debenturistas que forem informadas, por escrito, com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis à data do respectivo pagamento, pelos Debenturistas à Companhia e aos Fiadores.
  3. *Prorrogação dos Prazos*. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo ou feriado declarado nacional.
  4. *Encargos Moratórios*. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pelos Fiadores aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória e não compensatória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
  5. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
  6. *Imunidade Tributária*. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Companhia no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
  7. *Vencimento Antecipado*. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.32.1 a 6.32.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e/ou pelos Fiadores, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.32.1 abaixo e 6.32.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").

Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.32.3 abaixo:

inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento (a) pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, da comunicação do referido inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas; ou (b) pelo Agente Fiduciário da comunicação do referido inadimplemento enviada pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, dos dois o que ocorrer primeiro;

não constituição da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, da Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou da Cessão Fiduciária, nos termos e prazos previstos nas Cláusulas 6.10, 6.11, 6.12 e 6.13 acima, e/ou oferecimento da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, da Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou da Cessão Fiduciária a qualquer terceiro que não os Debenturistas;

invalidade, nulidade ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou de quaisquer de suas disposições e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e/ou de quaisquer de suas disposições, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento (a) pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores da comunicação da referida invalidade, nulidade ou inexequibilidade enviada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas; ou (b) pelo Agente Fiduciário da comunicação da referida invalidade, nulidade ou inexequibilidade enviada pela Companhia, dos dois o que ocorrer primeiro;

questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora (conforme definido abaixo) da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores, por qualquer sociedade Controlada pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, e/ou por qualquer coligada da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores, desta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;

cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, exceto:

se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou

se em decorrência de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso X abaixo;

morte, declaração de incapacidade ou declaração de ausência ou insolvência do Sr. Antônio, sem que, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do evento, seja aprovado substituto e/ou substituição de tal Fiança por qualquer outra garantia por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;

liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, de qualquer das demais Outorgantes e/ou de qualquer Controlada, exceto se em decorrência de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso X abaixo;

(a) decretação de falência da Companhia, de qualquer das demais Outorgantes e/ou de qualquer Controlada; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia, por qualquer das demais Outorgantes e/ou por qualquer Controlada; (c) pedido de falência da Companhia, de qualquer das demais Outorgantes e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, de qualquer das demais Outorgantes e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

transformação da forma societária da Companhia de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

cisão, fusão, incorporação (no qual referida sociedade é a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia e/ou de qualquer das demais Outorgantes, exceto (observado que as exceções abaixo não se aplicam a qualquer dos bens objeto da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, da Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou da Cessão Fiduciária):

se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou

exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

alteração ou transferência do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia e/ou de qualquer das demais Outorgantes, exceto:

se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou

se decorrente de sucessão legal, na hipótese de morte do Sr. Antônio; ou

alterações do controle direto, desde que o controle indireto permaneça inalterado;

redução de capital social da Companhia, exceto:

se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou

para a absorção de prejuízos; ou

vencimento antecipado de qualquer Obrigação Financeira (conforme definido abaixo) da Companhia, de qualquer dos Fiadores e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM/Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM").

Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.32.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento (a) pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores da comunicação do referido inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário e/ou por qualquer dos Debenturistas; ou (b) pelo Agente Fiduciário da comunicação do referido inadimplemento enviada pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;

questionamento judicial desta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, por iniciativa de terceiros, que afete o cumprimento das obrigações pactuadas nesta Escritura de Emissão, em qualquer dos Contratos de Garantia ou nas Debêntures de qualquer forma, não contestado de forma definitiva no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial, ou no prazo legal, dentre eles o maior;

comprovada falsidade, incompletude ou incorreção, em qualquer aspecto relevante, de qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;

utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão de forma diversa do previsto na Cláusula 4 acima;

com relação a qualquer dos bens objeto da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, da Alienação Fiduciária de Imóveis, da Cessão Fiduciária e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento (exceto pelas dações em pagamento que tenham como finalidade o pagamento pela aquisição de terrenos que tenham efeito similar a permutas de terrenos realizadas no curso normal dos negócios da Companhia), endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (conforme definido abaixo) (exceto pela Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, pela Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, pela Alienação Fiduciária de Imóveis, pela Cessão Fiduciária, pela Hipoteca HSBC (conforme definido abaixo), pela afetação de patrimônio das Outorgantes no curso normal dos negócios da Companhia e pelas operações concretizadas com expressa anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário dos Debenturistas da respectiva série afetada com a operação), ou permissão que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico;

não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, da Alienação Fiduciária de Imóveis, da Cessão Fiduciária, conforme previsto nos Documentos das Obrigações Garantidas;

alteração do objeto social da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se:

previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou

não resultar em alteração de sua respectiva atividade principal;

inadimplemento, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer Obrigação Financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do respectivo inadimplemento;

protesto de títulos contra a Companhia, qualquer dos Fiadores e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);

existência de qualquer decisão judicial transitada em julgado desfavorável e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, que resulte ou possa resultar em obrigação de pagar, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores e/ou qualquer Controlada em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas;

autuação, por qualquer órgão governamental, incluindo de natureza fiscal, social, ambiental ou de defesa da concorrência, em face da Companhia, de qualquer dos Fiadores e/ou de qualquer das Controladas, em valor, individual ou agregado, superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), não contestada no prazo legal;

cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto (observado que as exceções abaixo não se aplicam a qualquer dos bens objeto da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, da Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou da Cessão Fiduciária):

se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou

pelas vendas de estoque e/ou de Controladas da Companhia no curso normal de seus negócios; ou

por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) em valor individual ou agregado, igual ou inferior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas;

constituição de qualquer Ônus sobre ativo(s) da Companhia, de qualquer dos Fiadores e/ou de qualquer Controlada, exceto (observado que as exceções abaixo não se aplicam a qualquer dos bens objeto da Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, da Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, da Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou da Cessão Fiduciária):

se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou

por Ônus existentes na Data de Emissão, conforme previsto nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido abaixo) então mais recentes na Data de Emissão; ou

por Ônus constituídos em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes na Data de Emissão, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada; ou

por Ônus existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma Controlada e que não tenha sido criado em virtude ou em antecipação a esse evento; ou

por Ônus constituídos para financiar a aquisição, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido; ou

por Ônus constituídos sobre valores recebidos em contrapartida à venda de qualquer ativo, desde que tal Ônus seja constituído exclusivamente para garantir eventuais contingências relacionadas ao ativo vendido; ou

por Ônus constituídos em garantia de dívidas contratadas por meio da modalidade denominada "plano empresário" ou equiparadas; ou

por Ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos; ou

por Ônus constituídos em garantia de dívidas (i) para financiamento à produção de obra, sem limitação de valor; ou (ii) em valor, individual ou agregado, limitado, a qualquer tempo, a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas; ou

pela constituição de hipoteca, em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, do imóvel de propriedade da JFE 60, objeto da matrícula n.º 32443 registrada perante o Ofício de Registro de Imóveis de Niterói, Estado do Rio de Janeiro ("Hipoteca HSBC");

desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de seus ativos em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM; ou

distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (a) a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores esteja(m) em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; ou (b) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Inadimplemento.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.32.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.32.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua ciência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures (sem prejuízo da Fiança), com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e pelos Fiadores nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigados, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas (incluindo a remuneração e as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração aplicável, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures. A Companhia e os Fiadores permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração aplicável, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, sendo considerada dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

Para os fins desta Escritura de Emissão:

"Controlada" significa qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direta ou indiretamente, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, sendo que tal definição pode se referir apenas à Controlada da Companhia ou apenas à Controlada de qualquer dos Fiadores se assim expressamente previsto;

"Controladora" significa qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direta ou indireta, da Companhia e/ou de qualquer das Outorgantes;

"Obrigação Financeira" significa, com relação a uma pessoa, em bases consolidadas, qualquer valor devido em decorrência de (a) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras ou obrigações onerosas, incluindo, sem limitação, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares, no Brasil ou no exterior; (b) aquisições a pagar; (c) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e no passivo não circulante); (d) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (e) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável;

"Ônus" significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima;

* 1. *Publicidade*. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Monitor Mercantil", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

1. Obrigações Adicionais da Companhia e dos Fiadores
   1. A Companhia e os Fiadores, de forma solidária, estão adicionalmente obrigados a:
      1. exclusivamente com relação à Companhia, disponibilizar em sua página na Internet e fornecer ao Agente Fiduciário:
         1. na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("Auditor Independente"), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia"); e (ii) organograma atualizado do grupo societário da Companhia;
         2. na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia", sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"); e
         3. nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");
      2. fornecer ao Agente Fiduciário:
         1. nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, se ali não previstos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) realizados ou, conforme aplicável, publicados ou divulgados, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais de acionistas e de reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas;
         2. exclusivamente com relação à Companhia, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b), declaração firmada por representantes legais da Companhia, na forma de seu estatuto social, atestando (i) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (ii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores perante os Debenturistas; (iii) o cumprimento da obrigação de manutenção de departamento para atendimento aos Debenturistas; e (iv) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social;
         3. exclusivamente com relação aos Fiadores, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso I, alínea (a), declaração firmada pelo Sr. Antônio e por representantes legais da JFC, na forma de seu contrato social, atestando (i) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (ii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores perante os Debenturistas; (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o contrato social da JFC; e (iv) que possuem patrimônio suficiente para quitar as obrigações objeto da Fiança;
         4. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
         5. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência (i) de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; e/ou (ii) de qualquer Evento de Inadimplemento;
         6. no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, insolvência ou recuperação, conforme aplicável, apresentado por terceiros contra a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores;
         7. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia, ou em sua reputação, de qualquer dos Fiadores, conforme o caso, e/ou de qualquer Controlada; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas ("Efeito Adverso Relevante");
         8. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
         9. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA e registro ou averbação perante os cartórios de registro de títulos e documentos a que se refere a Cláusula 2.1 acima, inciso II, alínea (b), via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos; e
         10. no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia acerca da utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima;
      3. assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Emissão não sejam empregados em (a) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevido a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiras pessoas relacionadas, (b) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (c) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada ("Lei Anticorrupção");
      4. manter atualizado o registro de emissor de valores mobiliários da Companhia perante a CVM;
      5. manter departamento para atendimento aos Debenturistas;
      6. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
      7. manter, assim como as Controladas, em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
      8. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades;
      9. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
      10. não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social da Companhia e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer (i) o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas; e (ii) qualquer das Garantias;
      11. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e, se aplicável, dos Fiadores;
      12. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
      13. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
      14. não agir em desconformidade com as disposições da Lei Anticorrupção, bem como das demais leis anticorrupção dos países em que desenvolve suas atividades;
      15. adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, treinamento, comunicação, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades para garantir o fiel cumprimento da Lei Anticorrupção por seus funcionários, executivos, diretores, representantes, procuradores e demais partes relacionadas;
      16. não realizar operações com partes relacionadas, exceto aquelas realizadas no curso ordinário dos negócios da Companhia, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
      17. manter verdadeiras, corretas, consistentes e completas, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e informações contidas (a) nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e (b) nos documentos fornecidos pela Companhia, no âmbito da Emissão;
      18. convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação de qualquer dos Debenturistas, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável; e
      19. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitados.
2. Agente Fiduciário
   1. A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:
      1. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras;
      2. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
      3. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
      4. esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
      5. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem o contrato social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
      6. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
      7. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e todos os seus termos e condições;
      8. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, com base nas informações prestadas pela Companhia e pelos Fiadores, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
      9. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
      10. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
      11. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
      12. não tem qualquer ligação com a Companhia e/ou com qualquer dos Fiadores que o impeça de exercer suas funções; e
      13. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.
   2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, ou até sua efetiva substituição.
   3. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, destituição, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
      1. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Emissão, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
      2. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Companhia e aos Debenturistas, mediante convocação de assembleia geral de Debenturistas, solicitando sua substituição;
      3. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
      4. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia realizá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
      5. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) se em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão e aos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
      6. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
      7. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
      8. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.33 e 12 abaixo; e
      9. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
   4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:
      1. receberá a seguinte remuneração:
         1. a título de honorários pelo serviço de Agente Fiduciário das Debêntures serão devidas parcelas anuais de R$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a primeiro devida em até 5 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura de Emissão. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento da respectiva série;
         2. no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais), por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos, bem como (i) a comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) à execução das garantias, caso sejam concedidas; (iii) à participação em reuniões formais ou virtuais com a Companhia e/ou com Debenturistas; e (iv) à implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Companhia. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, caso sejam concedidas; (ii) de prazos de pagamento e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
         3. no caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, será cobrado, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;
         4. os impostos incidentes sobre a remuneração descrita acima serão acrescidos das parcelas nas datas de pagamento;
         5. as parcelas dos itens acima serão atualizadas pelo IGPM, a partir da Data de Emissão;
         6. no caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou no caso de alteração nas características da Emissão, ficará facultada a revisão dos honorários propostos;
         7. a remuneração do Agente Fiduciários será acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e
         8. os serviços ora previstos a serem prestados pelo Agente Fiduciário são aqueles descritos na da Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações, não estando incluídos os serviços de controle da carteira de recebíveis. A verificação da Cessão Fiduciária se dará com base nas informações a serem prestadas pelo Banco Depositário, que fará o acompanhamento da cobrança e depósito dos recebíveis na Conta Vinculada;
         9. a remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Companhia, após prévia aprovação. Não estão incluídas, igualmente, e serão arcadas pela Companhia, as despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Companhia;
         10. no caso de inadimplemento da Companhia, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos;
      2. será reembolsado pela Companhia (sem prejuízo da Fiança) por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:
         1. publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
         2. extração de certidões;
         3. despesas cartorárias;
         4. transporte, viagens, alimentação e estadas, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
         5. despesas com fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
         6. despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
         7. despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
         8. contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;
      3. poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou dos Fiadores no pagamento das despesas a que se referem os incisos I e II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia (sem prejuízo da Fiança), sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e
      4. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia e dos Fiadores, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.
   5. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
      1. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
      2. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
      3. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência, demais papéis e arquivos eletrônicos relacionados com o exercício de suas funções;
      4. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
      5. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou os Fiadores não o façam, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da configuração de inadimplemento de obrigação não pecuniária; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
      6. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
      7. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
      8. verificar a regularidade da constituição das Garantias e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
      9. examinar proposta de substituição dos bens dados em garantia, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas;
      10. intimar a Companhia e as demais Outorgantes a reforçar a Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, a Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, a Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou a Cessão Fiduciária na hipótese de sua deterioração ou depreciação de que tenha ciência, nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
      11. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal ou o domicílio da Companhia e/ou dos Fiadores, conforme o caso, e, também, da localidade onde se situem os Imóveis Alienados Fiduciariamente;
      12. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia e/ou em qualquer das demais Outorgantes;
      13. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
      14. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
      15. elaborar, no prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia e os Fiadores enviar todas as informações financeiras, atos societários e organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e demais informações necessárias à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
          1. eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores;
          2. alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
          3. comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
          4. posição da Emissão ou colocação das Debêntures no mercado;
          5. resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
          6. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
          7. relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
          8. cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pelos Fiadores nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
          9. declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
          10. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
          11. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
      16. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima no prazo máximo de 4 (quatro) meses contados do encerramento de cada exercício social da Companhia, ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
      17. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia;
      18. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
      19. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
      20. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.33 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou ciência, de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia;
      21. divulgar as informações referidas no inciso XV acima, alínea (j), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
      22. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o preço unitário das Debêntures (acrescido da Remuneração), calculado pela Companhia e revisado pelo Agente Fiduciário.
   6. No caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
      1. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
      2. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
      3. requerer a falência da Companhia e das demais Outorgantes, se não existirem garantias reais;
      4. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
      5. representar os Debenturistas em processo de falência, insolvência (conforme aplicável), recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores.

Observado o disposto na Cláusula 6.32 acima (e subcláusulas), o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

* 1. O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
  2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia e os Fiadores.
  3. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.

1. Assembleia Geral de Debenturistas
   1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que:
      1. quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries deverão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de Debenturistas conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries; e
      2. quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da respectiva série poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em assembleia geral, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série.

Para os fins desta Escritura de Emissão, o assunto a ser deliberado será considerado específico a determinada série nas hipóteses previstas na Cláusula 6.19.2 acima, e sempre que se referir a (i) redução da Remuneração da respectiva série; (ii) postergação de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão relativos à respectiva série; (iii) alongamento do prazo de vigência das Debêntures da respectiva série; (iv) perdão a qualquer descumprimento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de obrigação relacionada às Garantias da respectiva série, nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; e/ou (v) liberação, pelos Debenturistas da respectiva série, de qualquer das Garantias da respectiva série, observado que a deliberação acerca da oferta, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de garantias mais vantajosas somente aos Debenturistas de uma respectiva série será considerado como assunto comum a todas as séries de Debêntures.

Os procedimentos previstos nesta Cláusula 9 serão aplicáveis às assembleias gerais de Debenturistas de todas as séries e às assembleias gerais de Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as séries ou o total de Debêntures da respectiva série, conforme o caso.

* 1. As assembleias gerais de Debenturistas e as assembleias gerais de Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação.
  2. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas e das assembleias gerais de Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.33 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas ou dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso.
  3. As assembleias gerais de Debenturistas e as assembleias gerais de Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação ou das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
  4. A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios.
  5. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e

as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.19.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g)  de qualquer das Garantias; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Primeira Série, ao Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Segunda Série, à Amortização Antecipada Obrigatória; (j) da criação de evento de oferta facultativa de resgate antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento.

A renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento deverá ser aprovado de acordo com o disposto na Cláusula 9.6 acima.

* 1. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia ou a qualquer dos Fiadores; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
  2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.
  3. Fica desde já certo e ajustado que esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas poderão ser alterados, sem a necessidade de aprovação pelos Debenturistas, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas e somente quando tal alteração decorrer (i) de correção de erro de digitação; ou (ii) da atualização dos dados cadastrais das partes, tais como alteração na denominação social, endereço e telefone, entre outros.
  4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
  5. Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

1. Declarações da Companhia e dos Fiadores
   1. A Companhia e os Fiadores, de forma solidária, neste ato, na Data de Emissão e em cadaData de Integralização, declaram que:
      1. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, e cada uma das demais Outorgantes é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras;
      2. Sr. Antônio é capaz para a prática de todos os atos da vida civil, e seu estado civil é aquele previsto no preâmbulo desta Escritura de Emissão;
      3. a Companhia e as demais Outorgantes estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas de que são parte e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e, conforme o caso, à realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
      4. os representantes legais da Companhia e das demais Outorgantes que assinam esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas de que são parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia e de cada uma das demais Outorgantes, conforme o caso, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
      5. esta Escritura de Emissão e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
      6. exceto pelo disposto na Cláusula 2 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
      7. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e, conforme o caso, a realização da Emissão (a) não infringem o estatuto social da Companhia ou o contrato de qualquer das demais Outorgantes; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores, exceto pela Alienação Fiduciária de Quotas da Primeira Série, pela Alienação Fiduciária de Quotas da Segunda Série, pela Alienação Fiduciária de Imóveis e pela Cessão Fiduciária; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores e/ou qualquer de seus ativos;
      8. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
      9. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e dos Fiadores, em observância ao princípio da boa-fé;
      10. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
      11. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 e aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2014 e 2015 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
      12. estão, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
      13. estão, assim como as Controladas da Companhia, obrigadas, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
      14. observam, assim como os Controladores, Controladas e coligadas da Companhia, e seus respectivos gerentes, conselheiros, diretores e funcionários, em todos os seus aspectos relevantes, toda e qualquer obrigação decorrente da Lei Anticorrupção ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável;
      15. assim como qualquer dos diretores ou membros de conselho de administração da Companhia, terceiros que mantenham, de qualquer forma, relação com a Companhia, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou benefício dos Controladores, Controladas e/ou sociedades sob o mesmo controle da Companhia ("Afiliadas"): (i) não usaram os seus recursos e/ou das Afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) não fizeram qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) não violaram qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando a, Lei Anticorrupção; ou (iv) não fizeram qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal;
      16. estão, assim como as Controladas, em dia com o cumprimento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
      17. a Companhia e as demais Outorgantes possuem, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades;
      18. inexiste, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
      19. o registro de emissor de valores mobiliários da Companhia está atualizado perante a CVM; e
      20. não há qualquer ligação entre a Companhia ou qualquer dos Fiadores e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.
   2. A Companhia e os Fiadores, de forma solidária, em caráter irrevogável e irretratável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
   3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia e os Fiadores obrigam-se a notificar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar(em) conhecimento, os Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.33 acima ou de comunicação individual a todos os Debenturistas) e o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.
2. Despesas
   1. Correrão por conta da Companhia e dos Fiadores todos os custos incorridos com a Emissão e com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e das Garantias, conforme o caso, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures ou às Garantias.
3. Comunicações
   1. Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações realizadas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo o respectivo original ser enviado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de envio da respectiva comunicação. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.
      1. para a Companhia:

João Fortes Engenharia S.A.  
Avenida das Américas 3443, Bloco 3, Ala B, Loja 108  
22631-003 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Roberto Alexandre de A. A. Q. Correa  
Telefone: (21) 3501-4900  
Correio Eletrônico: [robertocorrea@joaofortes.com.br](mailto:robertocorrea@joaofortes.com.br)

* + 1. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust DTVM S.A.  
Avenida das Américas 500, Condomínio Downtown, bloco 13, grupo 205  
22640-100 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Antonio Amaro Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes  
Telefone: (21) 3514-0000  
Correio Eletrônico: [antonio.amaro@oliveiratrust.com.br](mailto:antonio.amaro@oliveiratrust.com.br)  
 ger2.agente@oliveiratrust.com.br

* + 1. para os Fiadores e Terceira Outorgante:

Antônio José de Almeida Carneiro  
Maria Lucia Boardman Carneiro   
Rua Rainha Guilhermina 75   
22441-090 Rio de Janeiro, RJ   
At.: Sr. Antônio José de Almeida Carneiro  
 Sr. Miguel Ribeiro  
Telefone: (21) 3206-9154  
 (21) 2239-5670  
Correio Eletrônico: ajcarneiro@multiplic.com.br  
 miguelribeiro@multiplic.com.br

João Fortes Construtora Ltda.  
Avenida das Américas 3443, Bloco 3, Ala B, Loja 108  
22631-003 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Roberto Alexandre de A. A. Q. Correa  
Telefone: (21) 3501-4900  
Correio Eletrônico: [robertocorrea@joaofortes.com.br](mailto:robertocorrea@joaofortes.com.br)

* + 1. para as demais Outorgantes:

Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda.  
Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda.  
Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda.  
JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda.  
JFE 8 Empreendimentos Imobiliários Ltda.  
JFE 9 Empreendimentos Imobiliários Ltda.  
JFE 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda.  
JFE 11 Empreendimentos Imobiliários Ltda.  
JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda.  
Rua Miguel Frias 77, sala 1402 (parte)  
24220-008 Niterói, RJ  
At.: Sr. Roberto Alexandre de A. A. Q. Correa   
Telefone: (21) 3501-4900   
Correio Eletrônico: [robertocorrea@joaofortes.com.br](mailto:robertocorrea@joaofortes.com.br)

1. Disposições Gerais
   1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
   2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
   3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.
   4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
   5. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, I, III e V, do Código de Processo Civil.
   6. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 497 e seguintes, 806, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
2. Lei de Regência
   1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.
3. Foro
   1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 6º de maio de 2016.

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Sexta Emissão de João Fortes Engenharia S.A., celebrado em 6 de maio de 2016, entre João Fortes Engenharia S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Antônio José de Almeida Carneiro, João Fortes Construtora Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda., JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 8 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 9 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 11 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Maria Lucia Boardman Carneiro – Página de Assinaturas 1/5.

João Fortes Engenharia S.A.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

Antônio José de Almeida Carneiro

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Sexta Emissão de João Fortes Engenharia S.A., celebrado em 6 de maio de 2016, entre João Fortes Engenharia S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Antônio José de Almeida Carneiro, João Fortes Construtora Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda., JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 8 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 9 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 11 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Maria Lucia Boardman Carneiro – Página de Assinaturas 2/5.

João Fortes Construtora Ltda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Sexta Emissão de João Fortes Engenharia S.A., celebrado em 6 de maio de 2016, entre João Fortes Engenharia S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Antônio José de Almeida Carneiro, João Fortes Construtora Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda., JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 8 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 9 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 11 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Maria Lucia Boardman Carneiro – Página de Assinaturas 3/5.

Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

JFE 8 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Sexta Emissão de João Fortes Engenharia S.A., celebrado em 6 de maio de 2016, entre João Fortes Engenharia S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Antônio José de Almeida Carneiro, João Fortes Construtora Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda., JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 8 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 9 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 11 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Maria Lucia Boardman Carneiro – Página de Assinaturas 4/5.

JFE 9 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

JFE 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

JFE 11 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Sexta Emissão de João Fortes Engenharia S.A., celebrado em 6 de maio de 2016, entre João Fortes Engenharia S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Antônio José de Almeida Carneiro, João Fortes Construtora Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda., Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda., JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 8 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 9 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 11 Empreendimentos Imobiliários Ltda., JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Maria Lucia Boardman Carneiro – Página de Assinaturas 5/5.

JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

Maria Lucia Boardman Carneiro

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Testemunhas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Id.: CPF/MF: |  | Nome: Id.: CPF/MF: |